



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/TO

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08297.005203/2025-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de consumo e permanente para atender as necessidades desta Superintendência de Polícia Federal no Tocantins - SR/PF/TO e suas unidades descentralizadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	OBJETO	UNID. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	1	DISPENSER PAPEL TOALHA INTERFOLHADO capacidade para até 1000 folhas, dimensão (CxAl): 11cm x altura 30,5cm x largura 25cm, plástico de alta resistência ao impacto (termoplástico ou ABS/PSAI), durável e que facilita a limpeza. Marca referência: NOBRE NEW CLASSIC	Unidade	12	120	R\$ 23,03	R\$ 2.763,60
	2	DISPENSER PAPEL HIGIÊNICO para rolos de 200 à 500 metros, com botão para abertura manual, visor para acompanhamento do nível do papel, Medidas: 27,5 x 28,5 x 12 cm, plástico de alta resistência ao impacto (termoplástico ou ABS/PSAI), durável e que facilita a limpeza. Marca referência: NOBRE	Unidade	12	120	R\$ 33,55	R\$ 4.026,00
	3	DISPENSER SABONETE LÍQUIDO , dimensões aproximadas: 12C x 11L x 27A centímetros, capacidade de reservatório de 800ml à 1000ml, plástico de alta resistência ao impacto (termoplástico ou ABS/PSAI), durável e que facilita a limpeza, compatível para sabonete líquido, álcool gel ou outros produtos de viscosidade similar, botão ou tecla frontal de acionamento suave, manual, para evitar o desperdício. Marca referência: PREMISSE	Unidade	20	200	R\$ 30,94	R\$ 6.188,00
	4	CAFÉ EM GRÃOS TORRADO Características: 100% café arábica; Torra: clara ou média; Tipo único, com Nota de Qualidade Global igual ou superior a 7,3; Embalagem de 1kg, acondicionadas em sistema de alto vácuo, apresentando uma atmosfera inerte ou utilizando válvulas desgaseificadora; Possuir Selo da ABIC na categoria Gourmet ou Laudo de avaliação emitido por laboratório credenciado (REBLAS/ANVISA, INMETRO que garanta a qualidade exigida nas especificações exigidas; O prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses. Marcas de Referência: Igual ou superior): América Gourmet de 1kg, Café do Ponto Gourmet Torrado em Grãos 1kg, 3 Corações Goumert Expresso 1KG.	Embalagem de 1 kg	195	1.950	R\$ 116,95	R\$ 228.052,50
	5	CAFÉ EM GRÃOS TORRADO Características: 100% café arábica; Torra: clara ou média; Tipo único, com Nota de Qualidade Global igual ou superior a 7,3; Embalagem de 1kg, acondicionadas em sistema de alto vácuo, apresentando uma atmosfera inerte ou utilizando válvulas desgaseificadora; Possuir Selo da ABIC na categoria Gourmet ou Laudo de avaliação emitido por laboratório credenciado (REBLAS/ANVISA, INMETRO que garanta a qualidade exigida nas especificações exigidas; O prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses. Marcas de Referência: Igual ou superior): América Gourmet de 1kg, Café do Ponto Gourmet Torrado em Grãos 1kg, 3 Corações Goumert Expresso 1KG. OBS: Margem de preferência até 25% ME EPP, art. 48, III, da LC 123/2006. Referente ao item 4	Embalagem de 1 kg	65	650	R\$ 116,95	R\$ 76.017,50
	6	CAFÉ MOÍDO TORRADO Características: 100% café arábica; Torra: clara ou média; Tipo único, com Nota de Qualidade Global igual ou superior a 7,3; Embalagem de 500g, acondicionadas em sistema de alto vácuo, apresentando uma atmosfera inerte ou utilizando válvulas desgaseificadora; Possuir Selo da ABIC na categoria Gourmet ou Laudo de avaliação emitido por laboratório credenciado (REBLAS/ANVISA, INMETRO que garanta a qualidade exigida nas especificações exigidas; e O prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses. Marcas de Referência (Igual ou superior): café 3 corações (https://www.mercafe.com.br/cafe-torrado-e-moido-3-coracoes-gourmet-dark-roast-pacote-250g-20040621/p)	Embalagem 500gr	195	1.950	R\$ 45,16	R\$ 88.062,00

2	7	CAFÉ MOÍDO TORRADO Características: 100% café arábica; Torra: clara ou média; Tipo único, com Nota de Qualidade Global igual ou superior a 7,3; Embalagem de 500g, acondicionadas em sistema de alto vácuo, apresentando uma atmosfera inerte ou utilizando válvulas desgaseificadora; Possuir Selo da ABIC na categoria Gourmet ou Laudo de avaliação emitido por laboratório credenciado(REBLAS/ANVISA, INMETRO que garanta a qualidade exigida nas especificações exigidas; e O prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses. Marcas de Referência (Igual ou superior): café 3 corações (https://www.mercafe.com.br/cafe-torrado-e-moido-3-coracoes-gourmet-dark-roast-pacote-250g-20040621/p) OBS: Margem de preferência até 25% ME EPP, art. 48, III, da LC 123/2006. Referente ao item 6	Embalagem 500gr	65	650	R\$ 45,16	R\$ 29.354,00
	8	AÇÚCAR , Classe: Cristal, Tipo: branco - embalagem de 2kg	Embalagem 2kg	50	500	R\$ 8,30	R\$ 4.150,00
	9	ADOÇANTE em pó sachê stévia/taumatina/alulose embalagem com 100 unidades, com validade de mínima de 2 anos.	Embalagem com 100 unidades	3	25	R\$ 25,29	R\$ 632,25
	10	JOGO DE TALHERES 36 PEÇAS - Material inox, com design ergonômico (confortável ao segurar) sendo 12 garfos, 12 colheres de sopa, 12 facas.	Conjunto com 36 unidade	1	6	R\$ 158,10	R\$ 948,60
	11	COADOR DE CAFÉ em malha 100% algodão, na cor branca, cabo de madeira torneada, aro de arame, finalidade café, com 20 cm de profundidade por 18 cm de diâmetro e cabo de Madeira 7 cm (capacidade de 5,2 litros tolerância de 3cm para mais ou para menos nas dimensões)	Unidade	30	300	R\$ 25,96	R\$ 7.788,00
	12	COPO PLÁSTICO BIODERGRADÁVEL DESCARTÁVEL , pacote com 100 unidades constando na caixa 25 pacotes (Caixa com 2.500 unidades) capacidade estimável de 200ml. Material polipropileno (PP) biodegradável, sem personalização, na cor branca ou transparente em sua forma cilíndrica, com base circular e borda arredondada, proporcionando estabilidade e praticidade no manuseio conforme normas vigentes ABNT NBR 14.865/2012 Modelo de referência: Copobras Ref. 1482	Pacote com 100 Unidades	78	780	R\$ 5,03	R\$ 3.923,40
	13	COPO PLÁSTICO BIODERGRADÁVEL DESCARTÁVEL , pacote com 100 unidades constando na caixa 25 pacotes (Caixa com 2.500 unidades) capacidade estimável de 50ml. Material polipropileno (PP) sem Bisfenol-A, sem personalização, na cor branca ou transparente em sua forma cilíndrica, com base circular e borda arredondada, proporcionando estabilidade e praticidade no manuseio conforme normas vigentes ABNT NBR 14.865/2012	Caixa com 25 pacotes	3	30	R\$ 107,66	R\$ 3.229,80
	14	REFIL/FILTRO de purificador de água e filtro bacteriológico. Marca: IBBL Modelo FR600 Características: especificação do CZ+(PROTECTION), 7 etapas de purificação, tecnologia de filtragem propileno, carvão ativado com prata coloidal e manta de filtragem adicional; Eficiência bacteriológica (E.B): Aprovado - reduz drasticamente ou elimina bactérias; Retenção de partícula classe P: Classe C de ≥ 5 e $< 15\mu m$; Redução de cloro livre classe C: aprovado máxima redução de cloro - classe I/75% ou mais; Ação bacteriostática: sim(a prata coloidal inibe a proliferação de bactérias no interior do filtro; Vida de utilização recomendada: 3.000 litros ou 6 meses; certificação: à NBR 16098:2012 e Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde.	Unidade	4	36	R\$ 105,37	R\$ 3.793,32
	15	REFIL/FILTRO de purificador de água - Marca: AQUALAR AP200 3M Características: tripla filtragem 3M, combina camadas de propileno e carvão ativado e prata coloidal; Vazão máxima: 680 litros/hora; Vida útil: 2.500 litros ou 6 meses; Retenção de partícula classe P: Classe D, retém partículas do tamanho entre ≥ 15 e $< 30\mu m$ (micra); Redução de cloro livre classe C: Aprovado (mínimo de 75% Nota máxima do INMETRO em redução de cloro, eliminando gostos e odores indesejáveis; composição: Polipropileno, Celulose e Carvão Ativado Granular com Sais de Prata. Referência: https://www.casadastorneiras.com.br/filtro-de-agua-p985397?tsid=16&srsId=AfmBOopt8Qqk5LQ-3X_BEcb5rPThe5TUXqaCKP97SYhN4dSsPxLBvzIFxaM	Unidade	4	36	R\$ 47,09	R\$ 1.695,24

3	16	REFIL/FILTRO de purificador Marca: TOP LIFE modelo: NEW PLATINUM CLASS Características: Material carvão ativado e prata coloidal, Vazão máxima: 60 litros/hora; Vida útil: 3.000 litros ou 6 meses; Retenção de cloro livre classe C: Aprovado (Redução de, no mínimo, 75% do cloro); Filtragem – Polipropileno 25 micras, Desinfecção – Zeolite, Purificação – Carvão ativado, impregnado com prata coloidal, Filtragem – Manta e tela Texturizada. Garantia mínima 12 meses Retenção de partícula classe P: Classe A (Retenção de partículas ≥ 5 e $< 1\mu\text{m}$. Extremamente alta eficiência, capturando micropartículas; Eficiência Bacteriológica E.B APROVADO (Reduz significativamente ou elimina bactérias como Escherichia Coli e Pseudomonas, conforme a NBR 16098); Desempenho: Possui certificação INMETRO (Registro nº 007180/2018 para o aparelho, que confirma as eficiências do refil). Compatível com PURIFICADORES TOP LIFE – MODELO NEW PLATINUM CLASS 30861;	Unidade	4	36	R\$ 185,22	R\$ 6.667,92
	17	REFIL/FILTRO PARA BEBEDOURO MARCA: POLICARBON AQUA FRESH INTENSE, COMPATÍVEL COM BEBEDOURO MARCA: ACQUA GELAJA modelo: PRE 200E Características: O refil utiliza um sistema de tripla filtragem com tecnologia exclusiva PLD Purity Max, que combina polímeros, carvão ativado e dolamita; Vida útil: 3.000 litros ou 6 meses; Vazão recomendada: 60 litros/hora (INTENSE) ou 80 litros/hora (INTENSE 230); Retenção de Partículas (Classe P): Classe C (Retenção de partículas ≥ 5 e $< 15\mu\text{m}$; Redução de Cloro Livre (Classe C) : Aprovado (Redução de, no mínimo, 75% do cloro).	Unidade	4	36	R\$ 118,62	R\$ 4.270,32
	18	REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA LATINA MODELO PA733 - LATINA FILTRO P655 Vida útil: 5.000 litros ou 12 meses; Retenção de Partículas (Classe P): Classe C (Retenção de partículas ≥ 5 e $< 15\mu\text{m}$; Redução de Cloro Livre (Classe C): Redução de Cloro Livre (Classe C); Ação Bacteriostática: Sim (A Prata Coloidal e a Nanotecnologia protegem a água da contaminação de micro-organismos e inibem a proliferação de algas e bactérias no filtro);	Unidade	2	18	R\$ 66,79	R\$ 1.202,22
4	19	DESCALCIFICADOR PARA CAFETEIRA ESPRESSO da Marca: WALLITA E SAECO- Composição: Solução líquida aquosa à base de ácidos orgânicos (geralmente ácido cítrico e/ou ácido láctico), desenvolvida para ser forte contra o calcário, mas suave e segura para as partes internas da máquina (caldeira, tubulações, bomba e válvulas); Segurança: Inodoro e Sem Gosto. Não deixa resíduos que possam afetar o sabor do café após o processo de enxágue. Não é abrasivo e não danifica os componentes de borracha e silicone. Compatibilidade: Desenvolvido para cafeteiras Philips Saeco, mas também compatível com a maioria das máquinas de café espresso automáticas e manuais (como Delonghi, Jura, Gaggia, Oster, Nespresso, Dolce Gusto, etc.), desde que as instruções de uso sejam seguidas corretamente. Validade/garantia de 12 meses a partir da data da entrega. Referência: https://www.eletronservice.com.br/descalcificante-liquido-250ml-ca6700-original-philips-saeco.html?gad_source=1&gad_campaignid=22432973024&gbraid=0AAAAADPF0P4cIXE-IgDM3DSD0CUH6ZgtJ&gclid=CjwKCAiA3L_JBhAlEiwAlcWO5xNfdyz0ISo2m-TOK45DmMReUxvwEJHTjrZS6Uk_1-K7vfpilTQhxoCWp0QAvD_BwE	Unidade	6	60	R\$ 60,86	R\$ 3.651,60
	20	CANECA FERVEDOURO PARA FOGÃO POR INDUÇÃO - Capacidade de litros: mínimo 2 litros máximo até 5 litros, material aço inoxidável, pegador/ alça de plástico resistente a temperatura.	Unidade	1	11	R\$ 252,56	R\$ 2.778,16
	21	BULE PARA FOGÃO POR INDUÇÃO - Capacidade de litros: mínimo 2 litros máximo até 5 litros, material aço inoxidável, pegador/ alça de plástico resistente a temperatura.	Unidade	1	6	R\$ 224,63	R\$ 1.347,78
	22	MOEDOR DE CAFÉ ELÉTRICO INDUSTRIAL BIVOLT /220V - moagem de grãos de café; Potência do motor: 3.500 rpm; Rotação da moenda: 1.180rpm; Potência: 1000W; Voltagem: Bivolt /220v Capacidade de reservatório: 3,5kg; Garantia 12 meses. Marca de referência: MÁQUINA MGR90 ARBEL	Unidade	1	2	R\$ 1.115,92	R\$ 2.231,84
	23	BEBEDOURO INDUSTRIAL INOX BIVOLT /220V - Capacidade de reservatório: 100 litros, 3 torneiras água gelada, pés reguláveis. Marca de referência: FRISBEL	Unidade	1	4	R\$ 2.513,37	R\$ 10.053,48

5	24	PURIFICADOR DE ÁGUA BIVOLT /220V(FULL RANGE) - Tecnologia de refrigeração (termoelétrica) Capacidade de reservatório: 2,4 a 3 litros, com tecnologia de redução de cloro livre e eficiência bacteriológica, eficiência energética A, troca de filtro de 6 meses a 12 meses: Temperatura da água: 3 Opções: Natural, Gelada e Misturada (Alavanca ou botão misturador para ajuste gradual), com sensor que indica a troca do filtro. Marca de Referência: IBBL modelo FR600 ou TOPLIFE	Unidade	1	10	R\$ 757,67	R\$ 7.576,70
6	25	MÁQUINA LAVA ROUPAS BIVOLT /220V, mínimo 13 kg, automática , com cesto inox, eficiência energética A, cor: branca, com até 12 programações, mínimo 3 níveis de água, abertura superior. Garantia de 12 meses (3 meses de garantia legal e mais 9 meses de garantia especial concedida pelo fabricante). Marca de Referência: Panasonic modelo NA-F130B1W, Brastemp modelo BWK13ABBNA, Electrolux JET&CLEAN LDA13	Unidade	1	3	R\$ 2.662,33	R\$ 7.986,99
	26	FOGÃO ELÉTRICO COOKTOOP POR INDUÇÃO BIVOLT/220V 2 BOCAS - Pannel touch screen 2 em 1, portátil, com temporizador, vidro temperado, eficiência energética A, Potência de 6.000W a 7.400W, Trava de Segurança e Desligamento Automático. Marca de Referência: Electrolux (Ex: Modelo IC30), Brastemp (Linha Gourmand), Fischer.	Unidade	1	5	R\$ 905,78	R\$ 4.528,90
	27	FOGÃO ELÉTRICO COOKTOOP POR INDUÇÃO BIVOLT/220V 4 BOCAS - Pannel touch screen 2 em 1, para embutir, com temporizador, vidro temperado, Potência de 6.000W a 7.400W de potência total: Zonas: 4 Zonas de Cocção, permitindo o uso simultâneo de 4 panelas; Trava de Segurança e Desligamento Automático. Marca de Referência: Electrolux Modelo IC30, Brastemp modelo Linha Gourmand), Fischer.	Unidade	1	3	R\$ 1.425,49	R\$ 4.276,47
	28	FRIGOBAR/REFRIGERADOR 220V/BIVOLT, NO MÍNIMO 124 LITROS, COR BRANCA - Eficiência energética: Classificação A (ou A++ em padrões antigos), com Selo Procel, indicando um dos menores consumos de energia da categoria (cerca de 14 a 15 kWh/mês); Sistema de Refrigeração: Compressor. Garante resfriamento mais rápido, temperaturas mais baixas e melhor desempenho em climas quentes do que modelos termoelétricos; Degelo: automático. Marca referência: Midea modelo MRC12B2, EOS modelo EFB131	Unidade	2	17	R\$ 1.200,64	R\$ 20.410,88
	29	UMIDIFICADOR DE AR, BIVOLT/220V - Capacidade mínima: 3 litros; Tecnologia: TecnologiaUltrassônico;Higrômetro Integrado: Possui um sensor que mede em tempo real a Umidade Relativa do Ar (UR) no ambiente; Display Digital: O painel exibe o nível de umidade atual do ambiente, além da temperatura e das configurações; Função SMART (ou Modo Auto: O usuário programa a umidade desejada (ex: 60%). O umidificador liga ou desliga automaticamente (ou ajusta a intensidade da névoa) para manter a UR naquele nível, economizando energia e evitando excessos; Timer e Sleep: Oferece timer programável para desligamento e um Modo Sleep que reduz o ruído e a intensidade da iluminação para a noite. Marca referência: G-TECH modelo Allergy HM, Elgin Digital modelo (UDZ), Black+Decker modelo AIR1000 / AIR2000	Unidade	9	90	R\$ 183,93	R\$ 16.553,70
7	30	CADEIRA PARA REFEITÓRIO , individual, material: plástico; cor: preta; modelo: empilhável; estrutura: metal com pintura preta, com resistência para 120kg. Garantia mínima do fabricante 5 anos.	Unidade	6	56	R\$ 167,01	R\$ 9.352,56
	31	POLTRONA RECLINÁVEL, COR: PRETA , Mecanismo de Reclinação: gatilho manual lateral; Revestimento: Couro Sintético (PU de Alta Performance), impermeável, fácil de limpar e higienizar após o uso; Estrutura: Madeira Maciça de Reflorestamento e Mecanismo de Aço reforçado. Essencial para suportar a variação de peso e o uso frequente; Suporte de peso: Mínimo de 130 kg (modelos Plus Size). Enchimento (Assento): Espuma D28 ou D33 de alta resiliência, combinada com Molas Ensacadas (Pocket) ou molas Zig Zag. Esta combinação proporciona durabilidade e conforto prolongado, evitando que o assento ceda rapidamente; Enchimento encosto: Fibra Siliconada Virgem de alta densidade para conforto ergonômico na lombar e cabeça.	Unidade	2	15	R\$ 960,62	R\$ 14.409,30

32	PUFF COM ENCHIMENTO GIGANTE - Dimensões diâmetro 122, comprimento 152 largura 203, altura 20. Revestimento Externo: Tecido Veludo Cotelê [95% poliéster e 5% poliamida] Enchimento: Flocos de Espuma Triturada Premium/ Mistura de Flocos de espuma com manta acrílica; Ergonômico; Durabilidade: Costura Dupla Reforçada com linha de nylon. Essencial para evitar que o zíper ou a costura rasguem sob pressão; Conforto: Enchimento Generoso (350 Litros ou mais): Garante que o puff seja fofo e se molde ao corpo sem tocar o chão; Zíper na Base: Permite a reposição do enchimento (manutenção) ou o ajuste da quantidade para o conforto ideal.	Unidade	2	15	R\$ 316,87	R\$ 4.753,05
	COLCHÃO SOLTEIRO , Dimensões: 1,88 cm x 88 cm x 30cm; Material: espuma D33; Com suporte para 100 à 120 kg,; Antialérgico; Antiácaro; Antifúngico. Marca de Referência: Ortobom, Gazin	Unidade	2	16	R\$ 360,60	R\$ 5.769,60
	MESA PARA EVENTO , dobrável, que virá maleta portátil com 1,80m, com alça, material resistente, com tampo de HDPE, com 3,5 cm de espessura, altura: 74 cm, largura: 70 cm, capacidade de peso de 100kg até 150kg, com sistema de trava de segurança nos pés, material dos pés: aço inoxidável, cor: preta	Unidade	1	6	R\$ 354,33	R\$ 2.125,98
35	TINTA BASE DE ÁGUA , ACRÍLICO FOSCO, PARA USO INTERIOR E EXTERIOR, STANDARD "RENDE MUITO - TINTA CONCENTRADA" CORAL BRANCO GELO RM002. 16/18LITROS REFERÊNCIA DA COR E MARCA RESTRITIVA: 5761834" - "CORAL". O item acima é restritivo em relação a cor descrita e marca Coral, uma vez que o atual prédio fora pintado com a tinta em questão e a aplicação de uma tinta de marca diferente pode resultar em tonalidades diferentes em um mesmo recinto, um acabamento de qualidade inferior e outras incompatibilidades e resultados indesejados, o que ensejaria a aplicação de outras demãos, aumentando o consumo de tinta, que normalmente rendimento de até 170m²/Lata, sendo lata de 18 litros, com 2 ou 3 demãos.	Unidade	2	16	R\$ 515,06	R\$ 8.240,96
	LUMINÁRIA PLAFON 62X62 45W 6000K/6500K LED DE EMBUTIR - Para a lâmpada de LED com dispositivo de controle integrado à base e registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022." Dimensões: 618mm x 618mm x 4mm Nicho: 600mm x 600mm, tensão 220V/Bivolt. Forro modular: 625mm x 625mm Potência: 45w. Referência: Avant 147241373	Unidade	6	60	R\$ 170,13	R\$ 10.207,80
	LUMINÁRIA PLAFON 21X21 6000K/6500K LED DE EMBUTIR QUADRADA - Para a lâmpada de LED com dispositivo de controle integrado à base e registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022." Dimensões: 210mm x 210, 6000K branca frio Potência: 18 w, tensão220V/Bivolt. Referência: Kian	Unidade	3	30	R\$ 33,27	R\$ 998,10
38	LUMINÁRIA PLAFON 40X40 6000K/6500K LED DE EMBUTIR QUADRADA para 220V - Para a lâmpada de LED com dispositivo de controle integrado à base e registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022." Dimensões: 400mm x 400mm x38mm, material: polímeros sintético e alumínio, 6000K frio, Potência: 32w tensão 220V/Bivolt. Referência: Luminatti LM692	Unidade	3	30	R\$ 130,95	R\$ 3.928,50
	LAMPADA DICROICA/SPOT DE EMBUTIR LED 3W-BR/BF 6500K BRANCA REDONDA ac 85- 265V , para a lâmpada de LED de embutir com dispositivo de controle integrado à base, cabe registro no INMETRO. Dimensões: Nicho 55mm 70mm x 70mm. Referência: AVANT 863441378	Unidade	3	30	R\$ 14,26	R\$ 427,80
40	CABO UTP CAT6 Gigalan Caixa com 305 metros, Flamabilidade CM ou LSZH (NBR 14705/2001), Termoplástico central para separação dos 4 pares, Fio sólido de cobre eletrolítico maciço nú (não será aceito CCA), recozido, com diâmetro nominal mínimo de 23AWG. Referência Furukawa Sohoplus	Unidade	1	4	R\$ 1.076,09	R\$ 4.304,36

41	<p>CONECTOR FÊMEA KEYSTONE CAT6 GIGALAN RJ45, Cor Branca, Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0); Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 um de níquel e 1,27µm de ouro; Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;</p> <p>Referência Furukawa Sohoplus.</p>	Unidade	10	100	R\$ 22,73	R\$ 2.273,00
42	<p>PATCH CORD CAT6 NA COR VERMELHA com 2,5 metros para tráfego de voz, dados e imagem; montado e testado 100% em fábrica; certificação ANATEL para componente de acordo com os novos requisitos vigentes; Performance garantida para até 6 conexões em canal de até 100 metros; flamabilidade LSHZ; contatos dos conectores com 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel; produzido com Cabo Fast-Lan Extra-flexível U/UTP certificado pela Anatel; conectores RJ-45 com garras duplas que garantem a vinculação elétrica com as veias do cabo; possui "boot" na mesma cor do cabo, injetado, no mesmo dimensional do plug RJ-45 para evitar fadiga no cabo em movimentos de conexão e que evitam a desconexão acidental da estação de trabalho; condutor de cobre 100% com diâmetro nominal mínimo de 23AWG; deve suportar largura de banda de 250MHz; suporte POE 802.3af e 802.3at</p> <p>Referência Furukawa Sohoplus</p>	Unidade	25	250	R\$ 35,21	R\$ 8.802,50
43	<p>CONECTOR RJ 45 MACHO DE PASSAGEM CAT5e, 8 vias em bronze fosforoso com 1,27µm de ouro e 2,54µm de níquel, diâmetro do condutor 26 a 22AWG.</p> <p>Referência Furukawa Sohoplus</p>	Unidade	10	100	R\$ 2,07	R\$ 207,00
44	<p>CONECTOR RJ 45 MACHO DE PASSAGEM CAT6, 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel, diâmetro do condutor 26 a 22AWG.</p> <p>Referência Furukawa Sohoplus</p>	Unidade	20	200	R\$ 5,76	R\$ 1.152,00
45	<p>PATCH CORD CAT6 NA COR VERMELHA com 1,0 metros para tráfego de voz, dados e imagem; montado e testado 100% em fábrica; certificação ANATEL para componente de acordo com os novos requisitos vigentes; Performance garantida para até 6 conexões em canal de até 100 metros; flamabilidade LSHZ; contatos dos conectores com 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel; produzido com Cabo Fast-Lan Extra-flexível U/UTP certificado pela Anatel; conectores RJ-45 com garras duplas que garantem a vinculação elétrica com as veias do cabo; possui "boot" na mesma cor do cabo, injetado, no mesmo dimensional do plug RJ-45 para evitar fadiga no cabo em movimentos de conexão e que evitam a desconexão acidental da estação de trabalho; condutor de cobre 100% com diâmetro nominal mínimo de 23AWG; deve suportar largura de banda de 250MHz; suporte POE 802.3af e 802.3at</p> <p>Referência Furukawa Sohoplus</p>	Unidade	1	10	R\$ 24,77	R\$ 247,70
46	<p>PATCH CORD CAT6 NA COR VERMELHA com 10 metros para tráfego de voz, dados e imagem; montado e testado 100% em fábrica; certificação ANATEL para componente de acordo com os novos requisitos vigentes; Performance garantida para até 6 conexões em canal de até 100 metros; flamabilidade LSHZ; contatos dos conectores com 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54µm) de níquel; produzido com Cabo Fast-Lan Extra-flexível U/UTP certificado pela Anatel; conectores RJ-45 com garras duplas que garantem a vinculação elétrica com as veias do cabo; possui "boot" na mesma cor do cabo, injetado, no mesmo dimensional do plug RJ-45 para evitar fadiga no cabo em movimentos de conexão e que evitam a desconexão acidental da estação de trabalho; condutor de cobre 100% com diâmetro nominal mínimo de 23AWG; deve suportar largura de banda de 250MHz; suporte POE 802.3af e 802.3at</p> <p>Referência Furukawa Sohoplus</p>	Unidade	1	10	R\$ 129,15	R\$ 1.291,50
47	<p>FILTRO DE LINHA COM 5 TOMADAS, cabo PP com no mínimo 1 metro de comprimento, plug de entrada 2P + T (ABNT NBR 14136), conexão de saída tomada 2P + T (ABNT NBR 14136), proteção Fase-Neutro / Fase-Fase / Fase-Terra, dotada de DPS (Dispositivo de proteção contra surtos) classe III (IEC 61643-11, indicação luminosa de funcionamento, proteção por varistor de óxido metálico, proteção por chave micro disjuntor, material do invólucro não propagador de chama e auto-extinção do fogo, tensão nominal de operação 220V, corrente nominal 10A.</p> <p>Referência DPS Iclamper Energia 5</p>	Unidade	10	100	R\$ 68,81	R\$ 6.881,00

10	48	<p>FONTE DE 1.500 W topo de linha deve ter certificação 80 Plus Platinum/Titanium, com PFC ativo e eficiência superior a 90%. Deve oferecer linha +12 V robusta (120 A ou mais), suportar picos de carga (ATX 3.0/3.1) e vir com proteções completas (OCP, OVP, UVP, SCP, OPP, OTP). Os cabos totalmente modulares, longos e de alta bitola, com suporte a PCIe 5.0 (12VHPWR/12V-2x6), são essenciais para GPUs modernas.</p> <p>A refrigeração deve usar ventilador silencioso (120–140 mm, FDB) com modo semi-fanless. Internamente, deve contar com capacitores japoneses 105 °C e MOSFETs de alta qualidade. Faixa de entrada ampla (100–240 V) garante compatibilidade em qualquer rede elétrica. A durabilidade deve ser alta (MTBF > 100.000h)</p> <p>Marcas referência: Referência Corsair HX1500i, Be Quiet! Straight Power 12, SilverStone ST1500-TL.</p>	Unidade	1	2	R\$ 2.172,27	R\$ 4.344,54
	49	<p>PLACA DE REDE INTEL ETHERNET X550-T2, com duas portas RJ45 (Dual Port) de 10 Gigabit Ethernet, suportando velocidades de 100Mb/1Gb/2,5Gb/5Gb/10GbE. Utiliza controlador Intel® Ethernet Controller X550, interface PCI Express 3.0 x4 (8.0 GT/s), compatível com slots PCIe x4, x8 e x16, altura integral (Full Height) e perfil baixo (Low Profile). Suporta cabeamento RJ45 Categoria 6 (até 55 m) e Categoria 6A (até 100 m).</p> <p>Possui suporte às tecnologias de virtualização Intel® VT-c, incluindo QoS em chip, gerenciamento de tráfego, VMDq, SR-IOV e particionamento flexível de portas. Suporta recursos avançados como Intel® Data Direct I/O, descarregamentos inteligentes e armazenamento via Ethernet (iSCSI, FCoE e NFS). Compatível com sistemas operacionais Windows 10/11, Windows Server, Linux (NBASE-T apenas em Linux), VMware ESX/ESXi (versões 7 e 8), Mikrotik e PfSense. Produto novo, de disponibilidade imediata, acompanhado de espelho de perfil baixo (Low Profile) e mídia de instalação. Deverá possuir certificações internacionais de qualidade e conformidade ambiental RoHS, CE, UL e FCC, as placas de rede não poderão ser reconcondicionadas.</p> <p>Modelo de referência: Intel® Ethernet X550-T2 607-X550T2</p>	Unidade	1	5	R\$ 1.492,62	R\$ 7.463,10
	50	<p>PLACA DE VÍDEO PROFISSIONAL, VRAM 48GB DDR6, 10752 núcleos CUDA, largura de banda de memória 768 GB/s, Ada Generation, 10752 núcleos CUDA Cores, Interface PCI Express 4.0 x 16, APIs suportadas DirectX 12 Ultimate, Shader Modelo 6.6, OpenGL 4.6 e Vulkan 1.3, consumo máximo de energia 300W. Referência Placa de Vídeo NVIDIA Quadro RTX A6000</p>	Unidade	1	2	R\$ 51.028,02	R\$ 102.056,04
	51	<p>PLACA DE VÍDEO RTX 5080, 16 GB GDDR7, 10752 Arquitetura NVIDIA Blackwell, Memória de 16 GB GDDR7 em interface de 256 bits e largura de banda de 960 GB/s, Clock base ≈ 2.295 MHz e boost ≈ 2.730 MHz, 10.752 núcleos CUDA, TDP de 360, Conector de energia de 16 pinos (ou adaptador incluso), Saídas de vídeo: 3 × DisplayPort 2.1, 1 × HDMI 2.1b, Refrigeração com três ventoinhas (“triple fan”), Suporte a G-SYNC, Ray Tracing 4ª geração, DLSS 4 e HDR, Formato e dimensões: comprimento ≈ 328,7 mm, altura ≈ 137,7 mm, ocupação de 3 slots, Garantia de fabricante para o Modelo original. Referência: RTX 5080 VCG508016TFXPB1-O</p>	Unidade	1	2	R\$ 9.798,50	R\$ 19.597,00
10	52	<p>Placa de vídeo GPU, VRAM 32GB DDR7, núcleos CUDA 21760, Interface PCI Express 5.0 x 16, APIs suportadas DirectX 12, Shader Modelo 5.1, OpenGL 4.6 e Vulkan 1.1, backplate metálico, consumo máximo de energia 360W. Referência Gigabyte RTX5090 32G.</p>	Unidade	1	2	R\$ 19.532,99	R\$ 39.065,98
	53	<p>KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO, teclado padrão ABNT2, com teclas especiais e função acessível com a tecla FN, teclas de baixo perfil e silenciosas, alimentação por pilhas (2 x AAA incluídas) não recarregável com duração média de uso de 24 meses, deve possuir base de apoio do punho embutido ao teclado, posições para inclinação 3, à prova de derramamentos, impressão nas teclas resistente ao desgaste, sem fio de 2,4 GHz (até 10m), criptografia sem fio, receptor USB pequeno, botão liga/desliga e Cor preta. Mouse sem fio ótico, com botão ligar/desligar, clique silencioso, alimentação por pilha (1 x AA incluída) não recarregável com duração média de uso de 18 meses, formato ergonômico, laterais de material emborrachado, tamanho normal, ambidestro, rastreamento óptico avançado, 3 botões, cor preta e garantia dos periféricos de 12 meses</p> <p>Referência Logitech MK540 e HP300</p>	Unidade	20	200	R\$ 298,59	R\$ 59.718,00
	54	<p>MOUSE SEM FIO BLUETOOTH, com botão ligar/desligar, clique silencioso, alimentação por bateria (1 x AA incluída) não recarregável com duração média de uso de 18 meses, pair and play sem uso de dongle, alcance sem fio de até 10 metros, 3 botões, barra de rolagem 2D mecânico</p> <p>Referência Logitech M240 e HP240</p>	Unidade	20	200	R\$ 148,53	R\$ 29.706,00
	55	<p>FONES DE OUVIDO COM FIO, headset com fio, forma dos fones de ouvido com almofadas confortáveis, microfone com redução de ruído, controles de áudio integrado, Conexão via USB, Especificações técnicas: resposta de frequência dos fones de 20 Hz a 20 kHz; resposta de frequência do microfone de 100 Hz a 10 kHz; impedância de 32 Ω; sensibilidade de 94 dB ± 3 dB; comprimento do cabo de aproximadamente 1,9 metros.</p> <p>Referência Logitech H390</p>	Unidade	12	120	R\$ 184,45	R\$ 22.134,00

56	<p>PLACA DE VÍDEO PROFISSIONAL 20GB DDR6, 10752, Arquitetura NVIDIA Ampere Memória de 20 GB GDDR6 com correção de erros (ECC) Interface de memória de 256 bits e largura de banda de 448 GB/s 6.144 núcleos CUDA, 192 núcleos Tensor (3ª geração) e 48 núcleos RT (2ª geração) Desempenho de 19,2 TFLOPS (FP32), 37,4 TFLOPS (Ray Tracing) e 153,4 TFLOPS (Tensor com sparsity) Interface PCI Express 4.0 x16 TDP de 140 W Conector de energia 1× 6 pinos PCIe Saídas de vídeo: 4 × DisplayPort 1.4a Refrigeração ativa (single slot) Dimensões: altura ≈ 4,4" (111 mm), comprimento ≈ 9,5" (241 mm) Suporte a até 4 monitores simultâneos (4096×2160 @ 120 Hz ou 7680×4320 @ 60 Hz) Compatibilidade com: DirectX 12 Ultimate, Shader Model 6.6, OpenGL 4.6 e Vulkan 1.3 APIs de computação: CUDA 11.6, DirectCompute, OpenCL 3.0 Recursos adicionais: AV1 decode, HDCP 2.2, NVIDIA GPUDirect for Video, RTX IO, Quadro Sync II compatível, NVIDIA Mosaic, 3D Stereo e DisplayPort com áudio. Certificação profissional (ISV): compatível com softwares como Autodesk, Adobe, Siemens, Dassault Systèmes e outros Compatibilidade: Windows 10, Windows 11 e Linux VR Ready: Sim</p> <p>Garantia mínima: 03 anos com suporte oficial NVIDIA no Brasil</p> <p>Referência Placa de Video QUADRO RTX A4000 VCG508016TFXPB1-O</p>	Unidade	2	15	R\$ 13.451,42	R\$ 201.771,30
57	<p>PLACA DE VÍDEO PROFISSIONAL 20GB DDR6, 10752, Arquitetura NVIDIA Ampere Memória de 20 GB GDDR6 com correção de erros (ECC) Interface de memória de 256 bits e largura de banda de 448 GB/s 6.144 núcleos CUDA, 192 núcleos Tensor (3ª geração) e 48 núcleos RT (2ª geração) Desempenho de 19,2 TFLOPS (FP32), 37,4 TFLOPS (Ray Tracing) e 153,4 TFLOPS (Tensor com sparsity) Interface PCI Express 4.0 x16 TDP de 140 W Conector de energia 1× 6 pinos PCIe Saídas de vídeo: 4 × DisplayPort 1.4a Refrigeração ativa (single slot) Dimensões: altura ≈ 4,4" (111 mm), comprimento ≈ 9,5" (241 mm) Suporte a até 4 monitores simultâneos (4096×2160 @ 120 Hz ou 7680×4320 @ 60 Hz) Compatibilidade com: DirectX 12 Ultimate, Shader Model 6.6, OpenGL 4.6 e Vulkan 1.3 APIs de computação: CUDA 11.6, DirectCompute, OpenCL 3.0 Recursos adicionais: AV1 decode, HDCP 2.2, NVIDIA GPUDirect for Video, RTX IO, Quadro Sync II compatível, NVIDIA Mosaic, 3D Stereo e DisplayPort com áudio. Certificação profissional (ISV): compatível com softwares como Autodesk, Adobe, Siemens, Dassault Systèmes e outros Compatibilidade: Windows 10, Windows 11 e Linux VR Ready: Sim</p> <p>Garantia mínima: 03 anos com suporte oficial NVIDIA no Brasil</p> <p>Referência Placa de Video QUADRO RTX A4000 VCG508016TFXPB1-O</p> <p>OBS: Margem de preferência até 25% ME EPP, art. 48, III, da LC 123/2006. Referente ao item 56</p>	Unidade	1	5	R\$ 13.451,42	R\$ 67.257,10
58	<p>MEMÓRIA RAM DE 32GB, DDR4-2666 ECC Registered DIMMs, SL CPU: Are processors formerly known as Intel® Skylake that are sold under the model name Intel® Xeon® SP: Platinum 8100, Gold 6100, Gold 5100, Silver 4100 and Bronze 3100 Family.</p> <p>Referência:Ktd-pe426/32g</p>	Unidade	5	48	R\$ 1.472,48	R\$ 70.679,04
59	<p>MEMÓRIA RAM DE 32GB, DDR4-2666 ECC Registered DIMMs, SL CPU: Are processors formerly known as Intel® Skylake that are sold under the model name Intel® Xeon® SP: Platinum 8100, Gold 6100, Gold 5100, Silver 4100 and Bronze 3100 Family.</p> <p>Referência:Ktd-pe426/32g</p> <p>OBS: Margem de preferência até 25% ME EPP, art. 48, III, da LC 123/2006. Referente ao item 58</p>	Unidade	2	16	R\$ 1.472,48	R\$ 23.559,68
60	<p>MEMÓRIA RAM DE 32GB DDR5 SDRAM Frequência: 4800MHz (PC5-38400) Latência CAS: CL40 (40-39-39)ECC: On-Die ECC (Error Correcting Code) Formato: UDIMM (Unbuffered DIMM) Voltagem: 1.1V Número de Pinos: 288 Rank: 2Rx8 (Dual Rank x8) Chipset: Hynix A-Die. Temperatura de Operação: 0°C a +95°C Conformidade: RoHS, Halogen-Free.</p> <p>Referência KSM48E40BD8KI-3</p>	Unidade	4	36	R\$ 2.076,66	R\$ 74.759,76
61	<p>MEMÓRIA RAM DE 32GB DDR5 SDRAM Frequência: 4800MHz (PC5-38400) Latência CAS: CL40 (40-39-39)ECC: On-Die ECC (Error Correcting Code) Formato: UDIMM (Unbuffered DIMM) Voltagem: 1.1V Número de Pinos: 288 Rank: 2Rx8 (Dual Rank x8) Chipset: Hynix A-Die. Temperatura de Operação: 0°C a +95°C Conformidade: RoHS, Halogen-Free.</p> <p>Referência KSM48E40BD8KI-3</p> <p>OBS: Margem de preferência até 25% ME EPP, art. 48, III, da LC 123/2006. Referente ao item 60</p>	Unidade	1	12	R\$ 2.076,66	R\$ 24.919,92

	62	MEMÓRIA RAM DE 32GB, DDR5, 5200MHz Referência: Corsair Vengeance CMK32GX5M1B5600C40	Unidade	2	24	R\$ 826,66	R\$ 19.839,84
11	63	DISCO RÍGIDO DE 3,5", INTERFACE SATA III 20 TB com taxa de transferência mínima de 6 Gb/s, capacidade mínima de 20 TB, velocidade de rotação de 7.200 RPM, cache mínimo de 256 MB (multissegmentado) e tecnologia de gravação CMR (Convencional). Projetado para operação contínua 24x7 em ambientes multiusuários, com workload anual de até 550 TB e MTBF de 2,5 milhões de horas, garantindo alta confiabilidade. Unidade selada com hélio, reduzindo atrito e consumo de energia (~5,4 W ocioso / ~9,4 W leitura/gravação), com gerenciamento de energia PowerChoice™ e PowerBalance™. Taxa de transferência sustentada de até 285 MB/s, latência média de 4,16 ms e IOPS aleatório (4K QD16) de 168 em leitura e 550 em gravação. Compatível com formatos 512e e 4Kn, com recursos de segurança Seagate Secure™ (criptografia AES-256 e sanitização segura). Deverá possuir certificações internacionais de qualidade e conformidade ambiental RoHS, CE, UL e FCC. Os discos rígidos não poderão ser recondicionados. Modelo de Referência: Seagate ST20000NM007D	Unidade	1	8	R\$ 3.625,86	R\$ 29.006,88
	64	DISCO RÍGIDO 3,5", INTERFACE SATA III com taxa de transferência mínima de 6 Gbps, com velocidade de rotação mínima de 7200 rpm, cache mínimo de 256 MB, compatibilidade com sistemas NAS de até 8 baías, com capacidade mínima de 08 TB, suporte para operação contínua 24x7 com alta confiabilidade em ambientes multiusuários, com faixa de operações em temperatura entre 5°C e 60°C, deverá possuir as certificações internacionais de qualidade e conformidade ambiental RoHS, CE, UL e FCC. Os discos rígidos não poderão ser recondicionados. Modelo de referência: marca SEAGATE, Modelo ST8000VN004 (Ironwolf)	Unidade	3	30	R\$ 1.463,32	R\$ 43.899,60
TOTAL GERAL							R\$ 1.479.311,66

- 1.2. Havendo qualquer divergência entre as descrições contidas no CATMAT e o Termo de Referência, **prevalecem as especificações do Termo de Referência.**
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. **Os itens 05, 07, 57, 59 e 61 possuem cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para ME/EPP. Os demais itens/grupos estão reservados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, exceto o item 49 devido a sua inviabilidade técnica, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo abrange a aquisição de materiais diversos de menos complexidade e de valores menos onerosos para atender a demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins e suas unidades descentralizadas e consta no Estudos Técnicos Preliminares

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- 4.2. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 4.2.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- 4.2.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.2.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 4.2.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.3. Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, tendo em vista se tratar de contratação de pequeno vulto e objeto de baixa complexidade.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6. **Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento dos itens 04, 06, 56, 58 e 60 para ME/EPP conforme item 1.1. Os demais itens/grupos estão reservados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, exceto o item 49 devido a sua inviabilidade técnica, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.**

4.6.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal

4.6.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.6.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou ordem de serviço em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. **Quadra 103 Sul (ACSO1), Avenida LO 01, Lote 53 – Centro, Palmas/TO CEP : 77015-028**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência
- 6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 7.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.4. **Multa:**
- 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5 % a 20% do valor da contratação.
 - 7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 20 % a 30 % do valor da contratação
 - 7.2.4.4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b”, de 10 % a 30% do valor da contratação.
 - 7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória descrita acima na alínea “d”, de 10 % a 20 % do valor da contratação.
 - 7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 5 % a 20 % do valor da contratação.
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou

dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

7.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez dias), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1. o prazo de validade;
- 8.11.2. a data da emissão;
- 8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.11.5. o valor a pagar; e
- 8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.14.2. identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/12/2025

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da

respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Qualificação Econômico-Financeira:

9.20. Não serão exigidos itens de qualificação econômica-financeira em virtude da baixa complexidade do objeto, da ausência de obrigações futuras e da entrega, que será de forma imediata, nos termos do artigo 70, III, da lei 14.133/2021.

Qualificação Técnica:

9.21. Não serão exigidos itens de qualificação técnica em virtude da baixa complexidade do objeto, da ausência de obrigações futuras e da entrega, que será de forma imediata, nos termos do artigo 70, III, da lei 14.133/2021.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.479.311,66 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil trezentos e onze reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

(assinado eletronicamente)
CLÁUDIO NOVAES DE FARIA
Agente Administrativo
NUMAT/SELOG/SR/PF/TO

(assinado eletronicamente)
LUZENIRA MOURA DA SILVA
Agente Administrativo
NUMAT/SELOG/SR/PF/TO
Requisitante

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MARCOS DE ARAÚJO SOUZA
Técnico de Telecomunicações e Eletricidade
Chefe do NTI/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)
ANTÔNIO JOSÉ SILVA LIMA
Técnico em Contabilidade
NTI/SR/PF/TO

(Assinado Eletronicamente)
MAÍRA PRATA DE ARAÚJO OLIVEIRA
Agente de Polícia Federal

DESPACHO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Estou ciente e aprovo o presente Termo de Referência.

(Assinado Eletronicamente)
REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Tocantins

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho e/ou ordem de serviço), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as

soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.12. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

- 4.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 6.5.3. Indenizações e multas.
- 6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

- 7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: ABR/2025



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO DONIZETTI GALLAN BATISTA**, **Superintendente Regional**, em 09/12/2025, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARCOS DE ARAUJO SOUZA**, **Chefe de Núcleo**, em 09/12/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HUGO CESAR DE OLIVEIRA**, **Chefe de Setor**, em 09/12/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO NOVAES DE FARIA**, **Agente Administrativo(a)**, em 09/12/2025, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143800751&crc=E604FD03.
Código verificador: **143800751** e Código CRC: **E604FD03**.